

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

ARIADNES E O EXERCÍCIO DE UMA CRÍTICA DE MÍDIA

FEMINISTA

Karina Gomes Barbosa¹; karina.barbosa@gmail.com

RESUMO

Neste artigo, busco refletir sobre alguns pressupostos que norteiam as ações práticas do observatório de mídia, gênero e sexualidade *Ariadnes*. Além disso, teço considerações sobre em que consiste, em nossa perspectiva, uma crítica de mídia feminista ou com perspectiva de gênero e sexualidade, articulando-a com a dimensão pedagógica da mídia. Estabeleço conexões com a educação para a igualdade de gênero e sexualidade e o combate aos discursos de ódio. Finalmente, descrevo como nossas atividades têm sido desenvolvidas neste escopo a partir de nossos cinco eixos de atuação: escuta testemunhal; crítica de mídia; reportagem; formação; e produção acadêmica. Ainda relaciono esse percurso com a formação não apenas da comunidade, mas de equipe especializada para uma prática jornalística com perspectiva gendrada.

PALAVRAS-CHAVE

gênero e sexualidade. observatório de mídia. educação midiática. jornalismo. extensão.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, busco refletir sobre alguns pressupostos que norteiam as ações práticas do observatório de mídia, gênero e sexualidade *Ariadnes*², executado no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), no campus do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, em Mariana (MG). O *Ariadnes* se define como um espaço para “desenvolver as discussões e a produção de conhecimento sobre temas como gênero e sexualidade, em interface com violência e infância. Somos um espaço para exercício disciplinado da crítica de mídia, como elemento da educação midiática” (Ariadnes, 2025).

¹ Doutora em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do curso de Jornalismo e pesquisadora permanente do Programa de Pós-Graduação (PPGCOM) da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

² Site do projeto: www.ariadnes.org. Instagram: [@projetoariadnes](https://www.instagram.com/projetoariadnes). Letterboxd: <https://letterboxd.com/projetoariadnes/>.

O observatório parte do pressuposto de que a mídia tem papel estruturante como tecnologia de gênero (Lauretis, 2019) e sexualidade (Louro, 2000) e dimensão pedagógica na construção de subjetividades contemporâneas. A partir disso, buscamos a) compreender a comunicação e seu papel nas performatividades de gênero e sexualidade; b) habilitar um consumo participativo, autônomo e cidadão dos produtos da mídia a partir de uma perspectiva gendrada; c) propor melhorias em coberturas jornalísticas e modelos de comunicação; d) formar comunicadoras e comunicadores com perspectiva crítica de gênero para atuar de modo transformador no campo. O projeto integra o Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência (PIDIC) da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da universidade (Prace-Ufop), que o financia com bolsa. Também conta com bolsa de extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proex-Ufop), além de auxílio a coordenadora extensionista.

Temos trabalhado a partir da perspectiva dos estudos feministas em interseção com mídia e jornalismo. Neste texto, teço considerações sobre em que consiste, na nossa perspectiva, uma crítica de mídia feminista ou com perspectiva de gênero e sexualidade, e descrevo como nossas atividades têm sido desenvolvidas neste escopo. Também busco relacionar a dimensão pedagógica da crítica de mídia. O artigo também se relaciona a relato das práticas do *Ariadnes* e fundamentos conceituais feitos anteriormente (Gomes Barbosa, 2024; Gomes Barbosa, Varão, Carvalho, 2019).

2. POR QUE CRÍTICA?

José Luiz Braga (2006) define os processos críticos como a terceira parte do sistema de interações sociais sobre a mídia, ao lado da produção e recepção. Na visão do autor, o desenvolvimento de um subsistema crítico, um sistema de resposta, deve acompanhar o desenvolvimento dos outros subsistemas, e se constitui em modos diversos, difusos, de a sociedade interagir sobre e com a mídia (Braga, 2006).

Braga define como críticos os processos que

se voltam para os processos de produção midiática e seus produtos em termo de um enfrentamento tensional que [...] possa resultar em crítica interpretativa, ou em controle de desvios e equívocos midiáticos, em

aperfeiçoamentos qualitativos, na defesa de valores sociais, em aprendizagem e em socialização competentes, na fruição qualificada em termos reflexivos ou estéticos, em informação de retorno, redirecionadora dos produtos, em percepções qualificadas (Braga, 2006, p. 46)

Para Rogério Christofolletti (2008), a crítica é um gesto de colocar em crise, questionar, desestabilizar certezas. Constitui, diz o autor, na esteira das reflexões de Braga, um terceiro olhar no jornalismo – e, acrescentamos, na comunicação. Trata-se de um ato de observar, analítico e examinador, que busca empreender leituras críticas de processos e produtos midiáticos, lançando a eles um “olhar do cuidado, do acompanhamento, do zelo” (Christofolletti, 2008, p. 91). Essa mirada crítica sobre a mídia constroi, diz o autor, barreiras de análise e filtros de verificação. E, dada a prevalência da mídia em nosso cotidiano, ler a mídia é, também, ler o mundo. Christofolletti (2008) destaca que o olhar crítico sobre a mídia deve ser sistemático. Esse olhar disciplinado constitui: “um monitoramento de veículos, das práticas dos profissionais, dos produtos veiculados [...] com claras e sérias intenções de criticar condutas e conteúdos” (Christofolletti, 2008, p. 92). Braga fala em organização no movimento disciplinado do exercício da crítica de mídia:

[...] críticas midiáticas são trabalhos explícitos sobre determinadas produções da mídia, baseados em observação organizada de produtos, com objetivos (expressos ou implícitos) determinados por motivações socioculturais diversas e voltados para o compartilhamento, na sociedade, de pontos de vista, de interpretações e/ou ações sobre os próprios produtos (ou tipos de produtos), seus processos de produção e/ou seu uso pela sociedade. (Braga, 2006, p. 71)

Rafiza Varão (2017) destaca a importância formativa que o exercício da crítica de mídia como gesto opinativo possui para o ensino de Jornalismo, especialmente em um ecossistema midiático em que a opinião tem sido mais amplamente exercida – nem sempre, contudo, de modo consistente – tanto no que pode ser chamado de jornalismo tradicional como nas mídias sociais – por atores do ecossistema jornalístico ou externos a ele. Para a autora, em uma reflexão sobre o jornalismo que expandimos para a mídia, “o texto de crítica se mostra, então, como um movimento de construção e desconstrução do modus operandi jornalístico, evidenciando que ele se dá pela ação dos sujeitos que o constituem, não por imposição, mas por

movimentos complexos” (Varão, 2017, s/p). Varão, que coordena um dos mais antigos observatórios acadêmicos em ação no país, o *SOS Imprensa*, da Universidade de Brasília, afirma que a a formação para a crítica da mídia oferece os instrumentos para sua materialização, além da compreensão de que a comunicação não se constitui de processos mecânicos, mas antes é preciso aliar a produção à reflexão. Desse modo, um dos objetivos da crítica é se afastar do senso comum, produzir um discurso qualificado, a partir de parâmetros, organização, disciplina e treinamento; e pensar a reflexão ética como parte constituinte não apenas do pensamento comunicacional, mas do fazer comunicacional.

Gislene Silva e Rosana de Lima Soares (2019), na esteira de outros autores, ressaltam a necessidade de a crítica centrar-se em objetos concretos (como filmes, coberturas jornalísticas, seriados – os objetos mais frequentes no *Ariadnes*), sem deixar de lado os sistemas de produção e recepção nos quais as obras estão inseridas. Consideram que “cada possibilidade analítica pressupõe uma perspectiva filosófica, uma experiência histórica, uma aproximação teórica e uma escolha de método” (Silva; Soares, 2019, p. 60) e afirmam que a crítica midiática deve atentar-se aos enunciados bem como à enunciação, ou seja: a relação com o mundo mas também as marcas singulares pelas quais as obras instauram novas realidades, “em que a criação não é apenas um exercício de interpretação dos fatos, mas também um gesto estético de inovação na linguagem” (Silva; Soares, 2019, p. 68). Dessa forma, postulam um movimento crítico que vai do texto para o contexto e deste de volta ao texto em sua materialidade, e, a partir da contribuição dos Estudos Culturais, operam com os conceitos de identidade, visibilidade e reconhecimento. Esses conceitos são centrais às práticas do *Ariadnes*, ancoradas nas reflexões dos EC e em conceitos como identidade, representação, hegemonia, estereótipo.

3. O PAPEL PEDAGÓGICO

É importante destacar alguns aspectos na conceituação de Braga (2006) que deixam evidente a relevância da crítica de mídia para a construção de um ambiente social midiático (e plataformizado) mais democrático, informado, igualitário e

autônomo. O primeiro deles trata do controle de eventuais desvios jornalísticos, tais como infrações éticas e legais, difusão de *fake news*, sensacionalismo, incitação ao ódio e à violência. Do mesmo modo, espera-se aperfeiçoamentos qualitativos, a partir da percepção que a crítica gera de aspectos que podem ser aprimorados nos discursos jornalísticos e midiáticos de modo geral. O sistema crítico também fortalece a defesa de valores sociais como a democracia, a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão, o respeito à diversidade, os direitos humanos. Na contemporaneidade, também contribui decisivamente para a consolidação de um ecossistema informacional mais íntegro.

E talvez ainda mais importante seja o papel da crítica e da educação midiática na aprendizagem e socialização competentes, tendo em vista tratar-se de um dos desafios mais prementes de nosso presente, frente à infodemia e ao ambiente de desinformação fomentado pela atuação desregulada e transnacional das plataformas digitais e por atores político-econômicos da extrema-direita que buscam implodir o sistema democrático, utilizando a mídia como importante ferramenta de disseminação de mentiras, discursos de ódio e violência on-line. A educação midiática se tornou preocupação governamental, como evidencia a Consulta Pública Sobre Educação Midiática formulada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), aberta em 19 de maio de 2023. Nela, reconhece-se “a urgência de se formular e implementar políticas públicas com foco no desenvolvimento de competências para que todas as pessoas possam analisar, interagir e produzir conteúdos digitais de forma consciente, responsável e cidadã” (Secom, 2023a).

A *Estratégia Brasileira de Educação Midiática* (Ebem), divulgada pela Secom em outubro de 2023, diagnostica a importância desses processos para dirimir os riscos a que determinados sujeitos e comunidades estão expostos frente à exclusão digital, à exposição a conteúdos nocivos, à desinformação e aos discursos de ódio, que atingem especialmente “os segmentos mais vulnerabilizados da sociedade e/ou com menos acesso à conectividade significativa, a exemplo de pessoas negras, população LGBTQIAP+, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas migrantes e refugiadas e outros grupos” (Secom, 2023b). A política concebe a educação midiática como direito básico e condição para o exercício da cidadania.

Pensa a Ebem como transversal e “reconhece que o ecossistema midiático necessita de atenção e políticas públicas abrangentes para que haja um exercício pleno dos direitos à informação, comunicação e participação” (Secom, 2024, p. 118).

Ainda, em 2025 o governo federal lançou a publicação *Crianças, adolescentes e telas: guia sobre usos de dispositivos digitais*. Gestada ao longo de dois anos, contou com especialistas de setores educacionais, jurídicos, médicos e comunicacionais, entre outros, além de famílias, docentes da Educação Básica e crianças e adolescentes. Uma das recomendações aborda diretamente a educação midiática: “Políticas de Educação Digital e Midiática ajudam a desenvolver habilidades para o uso adequado e a aproveitar os benefícios de dispositivos digitais e aplicativos, além de auxiliarem na redução dos riscos para crianças e adolescentes no ambiente digital” (Secom, 2024, p. 11). O documento relaciona a educação midiática ao conjunto de habilidades para “lidar, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética, com o conjunto de informações, comportamentos e práticas sociais no meio digital” (Secom, 2024, p. 117). Para nós, não apenas no meio digital, mas em todo o ecossistema midiático.

Uma dessas competências, de acordo com o guia (Secom, 2024), é a análise crítica das mídias, que engloba a compreensão de que as mensagens midiáticas não são neutras; que existem práticas antiéticas na mídia; e o reconhecimento de que há vozes privilegiadas e outras ausentes nos discursos que circulam pelas mídias. As três dimensões estão profundamente alinhadas com o que pensa o Ariadnes a respeito dos discursos midiáticos. Em relação à assimetria de vozes nos discursos midiáticos, nosso foco recai no enfoque de gênero e sexualidade. Contudo, é impossível não ter um olhar interseccional para as diversas matrizes de opressão que compõem as experiências de privilégio e opressão no mundo. Além disso, temos uma composição multiétnica, com diversas identidades de gênero e expressões de sexualidade, o que nos instiga continuamente a desafiar os olhares cisheteronormativos para a mídia.

Nesse contexto, compreende-se que a mídia tem uma dimensão pedagógica, ou, antes, trata-se de um dispositivo pedagógico (Fischer, 2002). Os produtos midiáticos atuam pedagogicamente sobre os sujeitos a partir dos modos pelos quais enunciam seus discursos, participando de processos de construções de identidade,

desejos, afetos (Louro, 2000), a partir de investimentos significativos, muitas vezes articulados entre a mídia e outras instâncias (escola, igreja, lei...). Essas pedagogias reiteram identidades e práticas ao mesmo tempo em que subordinam outras; mas, como reforça Louro (2000), também podem colocar em circulação representações divergentes ou alternativas.

Aprender a compreender os discursos midiáticos, suas nuances, características, processos produtivos e distributivos, é, portanto, uma ferramenta para expressão e cidadania diante da mídia, do jornalismo e da hegemonia com a qual se apresentam em nossas vidas. Trata-se, também, de enxergar a comunicação como um direito humano e, nesse contexto, se preocupar “com as formas de como ela se implementa e se desenvolve na sociedade” (Christofoletti, 2008, p. 94). Educar para os meios, portanto, é “oferecer ao público informações de como funcionam os meios, de qual a importância da comunicação para o desenvolvimento pessoal e social, de como o consumo das informações não pode se limitar a uma operação passiva e acrítica” (Christofoletti, 2008, p. 93).

4. A DIMENSÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Ao recuperar a trajetória das intervenções feministas nos Estudos Culturais, Escosteguy (1998, p. 2) afirma que a interseção entre os estudos de mídia e as temáticas referentes às mulheres produz “uma crítica que examina a representação da mulher nos meios, os gêneros considerados femininos, as leituras femininas, a espectadora, sua constituição e suas práticas de audiência feminina”, a partir de contribuições de campos como cinema, literatura, sociologia, antropologia, psicanálise. A partir do que a autora chama de desenvolvimento da perspectiva feminista, a atenção acadêmica se ampliou para novos objetos, como telenovelas e outros gêneros; investigações sobre conexões entre vida pública e privada; enfoque em outras categorias nos processos de dominação (notadamente gênero); aportes metodológicos que tenham em vista experiência e agência (Escosteguy, 1998).

Em texto posterior, Escosteguy (2018) mantém que os estudos de mídia feministas ainda são incipientes no país, o que demonstra a necessidade de iniciativas

como o *Ariadnes*. A autora define crítica cultural feminista como uma “perspectiva interessada principalmente nas relações entre mídia e gênero, obviamente, com viés feminista” (2018, p. 12). Acrescento as relações entre mídia e sexualidade a esta perspectiva, levando em conta a necessidade de especial atenção aos temas relativos à comunidade LGBTQIAPN+. A partir de uma recuperação histórica, Escosteguy demonstra como as atividades críticas feministas expandiram o escopo a partir de análises de representações, estereótipos e papéis sociais para estudos de audiência, recepção — e, pode-se acrescentar, espetatorialidade — rumo a investigações sobre o uso de formas midiáticas contra-hegemônicas, a atuação da mulher na mídia e a “inclusão de identidades não hegemônicas na mídia” (Escosteguy, 2018, p. 24).

Nesse sentido, à perspectiva feminista se juntaram, ao longo das últimas décadas, os aportes dos feminismos negros, dos estudos LGBTQIA+ e queer e as perspectivas decoloniais (entre outros *insights* que ampliam o escopo desse olhar). Silva e Soares (2019, p. 68) apontam como, no contexto contemporâneo, “lutas identitárias e disputas por reconhecimento se tornam, cada vez mais, parâmetros para o exercício da crítica cultural”. Ressaltam a atenção dessa atividade crítica à produção que circula no ambiente digital. Ambiente midiático que é profundamente atravessado por gênero e sexualidade. Nas plataformas digitais algorítmicas, especialmente, a violência se torna uma linguagem cotidiana e, muitas vezes, transborda para o *offline*. Maria Ressa (2022) tem apontado sistematicamente como o ódio e a raiva engajam nos ambientes plataformizados, gerando lucro a poucas empresas que operam com lógicas opacas e, por isso, são pouco ou ineficientemente combatidos, em um ambiente sem regulação. Há, como aponta Carolin Emcke (2020), uma brutalização do discurso público, que encontra na internet espaço, vazão e, em muitos casos, acolhimento. Nesse contexto, os discursos de ódio, grande parte das vezes, são direcionados a mulheres, meninas e pessoas LGBTQIA+.

A dimensão de gênero e sexualidade, de fato, é um marcador fundamental da experiência subjetiva dos indivíduos (Gomes Barbosa, 2022), e tem sido apropriada por ideologias de extrema direita (Kiffer, 2019), que mobilizam o combate às diferenças, às dissidências de gênero e sexualidade e ao empoderamento feminino por meio de mentiras, pânico moral e estereótipos nocivos, entre outras estratégias,

para criar um *nós X outros* em que o outro, fabulado como perigo, inferior, deve ser erradicado, aniquilado, pois é visto como “objeto de exclusão e violência para aqueles que odeiam” (Emcke, 2020, p. 133).

O recurso à ‘naturalidade’ do gênero é, por motivos diversos, tanto historicamente eficaz quanto significativo e influente. A concepção de uma constituição ‘natural’ dos sexos é transmitida pela imaginação cristã” e, nessa lógica deturpada, tudo que varia é desqualificado como “‘não natural’, ‘doente’, ‘não pretendido’, por Deus e, portanto, ‘indesejado’ (Emcke, 2020, p. 116).

É nesse contexto, portanto, que se insere a relevância de um observatório de mídia com inflexão de gênero e sexualidade: discute de modo crítico e informado discursos midiáticos (jornalísticos, ficcionais, satíricos, etc.) a fim de apontar seus limites e potências, erros, padrões, vieses, lacunas. A partir dessa discussão, pode ser possível incentivar ou pressionar por mudanças no subsistema midiático de produção, o que contribui por sua vez para o fortalecimento da democracia e para a redução do cenário de desinformação contemporâneo, no que diz respeito a gênero e sexualidade. O reconhecimento do papel da mídia nas discussões sobre gênero e sexualidade já foi debatido pela autora a partir de experiência extensionista com crianças de Mariana (MG), no artigo *Novos sujeitos de futuras histórias: a potência da mídia na educação de gênero para a infância* (Gomes Barbosa; Carvalho; Ferreira; Peres, 2021).

Além disso, o corpo consolidado de atividade crítica tem o potencial de oferecer ao público perspectivas informadas para apoiar os processos autônomos de consumo e produção midiática. Mas, sobretudo, a relevância está na dimensão educativa que a crítica possui, ao fornecer à sociedade ferramentas para realizar suas próprias leituras críticas autônomas e, em um segundo momento, incentivar a sociedade a desenvolver ferramentas próprias que permitam leituras críticas de mídia diversas, difusas e cidadãs. Ou seja, trata-se de uma tecnologia social que possui “função geral de desenvolvimento de competências de interação na sociedade, no que se refere aos materiais e processos midiáticos que essa sociedade gera, faz circular e usa para os mais diferentes propósitos” (Braga, 2006, p. 47).

Produzir uma crítica feminista não significa falar sobre temas relacionados a gênero ou sexualidade. Significa observar os acontecimentos, e submetê-los ao tensionamento crítico, utilizando gênero e sexualidade como lentes, categorias analíticas a partir das quais se compreende e investiga as relações de poder que estruturam a sociedade e conformam discursos midiáticos. Muitas vezes, apenas gênero e sexualidade não dão conta de fenômenos complexos, atravessados também por outras categorias estruturantes do tecido social, como raça, geração, classe, entre outros. Tal crítica, como qualquer empreendimento feminista, não escapa de sua dimensão política: a busca é por transformação social. Nesse caso, da mídia.

Os estudos feministas de mídia estabeleceram, ao longo do tempo, “um corpo de estratégias de leitura, estruturas analíticas e modelos teóricos para compreender melhor o papel crucial que a mídia possui na reprodução das iniquidades de gênero” (Watkins; Emerson, 2000, p. 152, trad. minha). De acordo com Gallagher (2003, p. 19, trad. minha), trata-se de um corpo crítico abrangente, complexo e transdisciplinar, e um dos “mais ricos e desafiadores” projetos intelectuais no campo dos estudos da mídia e dos estudos culturais dos últimos 40 anos, que, apesar disso, permanece apenas semi-institucionalizado na academia. Desde a publicação de *A mística feminina* (Betty Friedan, 1963), passando pelo Women's Study Group no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (CCCS, na sigla em inglês) até os estudos de Gaye Tuchman em *Hearth and Home: Images of women in the media* (1978), há uma tradição feminista de interrogação da mídia e do jornalismo.

No caso do jornalismo, desde as décadas 1970/1980 as análises apontam que assuntos importantes às vidas das mulheres, como discriminação no mercado de trabalho, violência doméstica, cuidados de crianças, são marginalizados ou excluídos da cobertura. Diversamente, acontecimentos considerados noticiáveis – normalmente, nas áreas de economia, política, polícia, relações exteriores – envolvem figuras de autoridade masculinas (Watkins; Emerson, 2000). A cobertura jornalística dos movimentos feministas em si também tem sido historicamente feita de modo patriarcal, que os vilaniza.

Em décadas mais recentes, a objetividade e a imparcialidade têm sido desafiadas como fundamentos canônicos do jornalismo a partir de uma perspectiva

gendrada. Rotinas jornalísticas desde a pauta até a circulação; a presença de mulheres e corpos diversos em cargos decisórios nas redações; a expulsão de mães do mercado de trabalho jornalístico; as violências de gênero no âmbito da profissão (inclusive nas redações); a abordagem de temas urgentes como direitos reprodutivos, violências de gênero, direitos humanos, são outros assuntos aos quais a crítica feminista tem voltado sua atenção.

5. UM OBSERVATÓRIO

Luiz Gonzaga Motta (2008) comenta que os observatórios se constituíram como novos atores políticos, que se institucionalizaram no bojo da redemocratização, e operam na relação entre sociedade e mídia, produzindo uma crítica autônoma e independente dos poderes instituídos, de interesses político-partidários e econômicos. De acordo com ele, essas instituições praticam, em sua maioria, monitoramento sistemático da mídia a partir da crítica ética e profissional. Surgem, diz Varão (2017), nos Estados Unidos e às vezes são considerados um “quinto poder” (Damas; Christofolletti, 2006, p. 150) com função de fiscalizar: “instâncias de supervisão midiática que vigiam a atividade dos meios de comunicação”. Motta afirma que a emergência desses atores se dá a partir de “uma difusa consciência de que a indústria cultural e informativa não responde às demandas da sociedade civil: é demasiado acomodada, oficialista, superficial” (Motta, 2008, p. 23). Constituem-se, portanto, como mecanismo de pressão da sociedade civil sobre a mídia, longe do Estado, a fim de tensionar a relação mídia-sociedade e brigar pela democratização da comunicação social.

Para Damas e Christofolletti (2006, p. 152), “os observatórios constituem um elemento do fenômeno do media criticism, ou revisão crítica da atividade dos meios [...] frente à convicção de que o poder que detém hoje a mídia não corresponde a um sempre responsável exercício de sua missão”. Entre suas funções, na América Latina, os autores apontam (Damas, Christofolletti, 2006, p. 154): revisar o conteúdo e a oferta dos meios; elaborar estudos, informes e análises comparativas; publicar ou difundir os resultados de suas atuações; recolher queixas, críticas e comentários dos

consumidores; capacitar a audiência para o consumo crítico dos meios; capacitar os jornalistas para a elaboração de um jornalismo de qualidade. Muitas dessas funções, *Ariadnes* exerce também, conforme seu projeto editorial.

Atualmente, o Censo da Renoi (Varão et al, 2021) indica a presença de apenas mais um observatório de mídia no país com inflexão em gênero e sexualidade. Ainda que o dado não reflita com acurácia o cenário de 2025, o número é baixo e revela uma discrepância em relação à importância que as questões relacionadas aos temas possuem na contemporaneidade, como aponta o objetivo 5 da Agenda 2030, “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, meta que se articula diretamente às atividades do *Ariadnes*. O observatório interpela diretamente ainda outro objetivo, o 4: “[...] educação de qualidade. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, tendo em vista sua dimensão pedagógica e formativa que inclui ações de educação formal mas também em espaços educativos sociais não formais.

A relevância do observatório, portanto, não é apenas para o campo do jornalismo e da comunicação, mas é social, pois ambiciona munir a sociedade de critérios diversificados e próprios, procedimentos e léxico para seleção, leitura, consumo e produção midiática a partir de uma perspectiva de gênero e sexualidade. Além disso, os produtos e as tecnologias sociais geradas no âmbito do observatório são amplamente distribuídas no âmbito da comunidade universitária e para atores sociais relevantes do território, como veículos jornalísticos locais, escolas, coletivos, ONGs, OSCIPS, para serem aplicadas, replicadas e apropriadas.

6. PRÁTICAS E ROTINAS

O *Ariadnes* se estrutura em torno de cinco eixos: escutas testemunhais; crítica de mídia; reportagem; formação; produção acadêmica. O primeiro eixo foi o que deu origem ao projeto, ainda em 2018. Trata-se da escuta especializada de relatos testemunhais de pessoas da comunidade acadêmica que foram vítimas de violências de gênero e sexualidade. Alguns desses relatos são tratados comunicacionalmente e

publicados na forma de vídeos, crônicas, ensaios. Outros, a pedido de quem os traz a nós, não são publicados.

O segundo eixo consiste na produção de críticas de mídia, no formato consolidado no jornalismo: textos com discussões críticas acerca de produtos específicos, como séries, novelas, filmes, coberturas ou matérias jornalísticas, álbuns, entre outros. As críticas são sempre pautadas nas reuniões semanais do grupo, e discutidas coletivamente. A partir disso, entram em produção e depois são editadas pela coordenação e publicadas em nosso site. Cada texto crítico publicado também recebe tratamento para as mídias sociais: um vídeo feito pela pessoa autora e uma publicação. Atualmente, temos concentrado nossa atuação no *Instagram* e estamos iniciando atividades no *Letterboxd*.

As discussões coletivas sobre os produtos midiáticos costumam estar impregnadas de conceitos relacionados a gênero e sexualidade, que informam e oferecem a perspectiva gendrada que nos caracteriza. É importante notar que muitas pessoas que estão no *Ariadnes* participam do grupo de pesquisa vinculado ao departamento e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Ufop centrado em discussões de mídia, gêneros e sexualidades, *Ponto*. Além disso, quase todas cursaram ou cursam a disciplina eletiva Jornalismo, Gêneros e Sexualidades, ofertada na graduação em Jornalismo desde 2016 (Gomes Barbosa; Viero, 2022) e reformulada em 2023. Essa rede tem permitido um mergulho bastante sistemático nos estudos de gênero e sexualidade, e habilita uma produção crítica consistente.

A criação de um grupo consistente, por longos períodos de tempo, é uma das características do *Ariadnes*. Desde a retomada do projeto em 2023, duas integrantes produziram TCCs na temática; duas integrantes têm, no mestrado em Comunicação, objetos gendrados; duas integrantes realizam Iniciação Científica em gênero e jornalismo; um integrante estuda o ensino de gênero e jornalismo; uma integrante desenvolve TCC sobre o assunto. Periodicamente, novas pessoas são adicionadas à equipe por meio de chamadas, processos seletivos ou interesse espontâneo³.

³ Atualmente, o *Ariadnes* conta, como já dito, com uma bolsa de Incentivo à Diversidade e 1 bolsa de extensão. Também tem 2 bolsas de IC; e 1 bolsa Pró-Ativa. Entre estudantes de mestrado, há uma bolsista.

A terceira vertente consiste na produção jornalística, aqui reunida sob o guarda-chuva reportagem. Neste âmbito estão incluídas entrevistas, reportagens e notícias sobre estudos ou eventos; investigações sobre temas como violências de gênero, machismo, lgbtfofia. Este tipo de produção se ancora nas discussões das reuniões semanais, em que pautamos algumas abordagens mais aprofundadas. Também há notícias mais pontuais, como a realização de eventos na universidade. Também divulgamos todas as nossas ações e realizamos coberturas delas. Essa produção jornalística, portanto, tem o sentido primeiro de divulgar nossas ações e também de criar uma memória do projeto. Além disso, permite o exercício do jornalismo com perspectiva de gênero, sobretudo nas reportagens mais aprofundadas e nas entrevistas.

A quarta vertente de atuação engloba nossas atividades de formação. Estas, por sua vez, se dividem em formação em jornalismo; educação para a igualdade de gênero; e formação de repertório. As formações em jornalismo consistem em oficinas e outras iniciativas para capacitar estudantes e jornalistas a exercerem uma cobertura informada em gênero e sexualidade. No início de 2025, por exemplo, já realizamos duas edições da oficina “Por uma cobertura ética de transfeminicídios e outras violências contra a população T”, ministrada por uma mestranda do PPGCOM que se dedica a pesquisas sobre o tema.

A educação para a igualdade de gênero inclui dinâmicas, rodas de conversa e oficinas realizadas com a comunidade acadêmica da Ufop. A cada semestre realizamos eventos de acolhimento para ingressantes em que discutimos questões como assédio, consentimento, inclusão. Dinâmicas como a do antibingo, que desenvolvemos, têm sido utilizadas e aperfeiçoadas. Já a formação de repertório tem consistido de mostras cinematográficas abertas que temos realizado ao longo dos semestres. Em 2024 o tema foi a presença do sexo e da nudez no cinema – “Toda nudez será castigada”; em 2025, os filmes de terror, a partir de uma leitura de gênero – “O horror tem corpo de mulher”. Nas mostras, além da exibição do filme, há sempre um debate mediado por integrantes do projeto. Cada pessoa fica responsável por estudar um filme, anunciar a exibição, conduzir o diálogo e produzir uma crítica depois. As mostras investem na ampliação do repertório cultural de estudantes e na

produção de um olhar crítico. Essas atividades têm sido certificadas como extensão para quem participa.

Finalmente, o quinto eixo diz respeito à produção acadêmica desenvolvida no âmbito do projeto. Algumas de nossas discussões sistematizadas levam ao desenvolvimento de artigos ou capítulos, nos quais fundamentamos as críticas midiáticas a partir de metodologias consolidadas, como a Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) (Silva; Maia, 2011), cujos protocolos temos adaptado para responder à perspectiva gendrada de nossa análise. Também efetuamos análises culturais críticas, em que utilizamos métodos como os de Kellner (2001) e Shohat e Stam (2006), também adaptados para nossas leituras gendradas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, busquei elencar e discutir as premissas que norteiam as ações do observatório de mídia, gênero e sexualidade *Ariadnes*. Este espaço acadêmico opera como locus para exercício da crítica de mídia sistematizada e disciplinada, compreendendo a mídia como dispositivo pedagógico de subjetividades, e também de produção (e desconstrução) de gêneros e sexualidades. Além disso, compreendemos a atividade crítica de mídia como parte fundamental da educação midiática para a igualdade de gênero e sexualidade e para o combate aos discursos de ódio que circulam, especialmente, no ambiente digital. A partir desses pressupostos, discuti como se dá nossa compreensão do que é uma crítica de mídia feminista, seus objetivos e pressupostos. Descrevi brevemente como essa contribuição tem se construído historicamente no campo – e os desafios que enfrenta.

Finalmente, discuti como essas premissas se efetivam em nossas práticas, que abrangem diversos tipos de atuação, da extensão à produção acadêmica, passando por uma forte dimensão formativa. Além de contribuir para a construção de um público com leitura crítica da mídia e do jornalismo a partir da perspectiva de gênero e sexualidade, acredito que as atividades do *Ariadnes* contribuem de modo fundamental para a formação de quem o integra: formam-se, em nossa equipe, jornalistas com habilidades e sensibilidade para uma cobertura especializada e

informada de gênero e sexualidade; com repertório cultural para analisar criticamente a mídia a partir dessa lente; e com consistência conceitual para produção acadêmica. Não à toa, três de nossas egressas entraram no mestrado na sequência da graduação; duas outras concluem esta etapa em 2025.

REFERÊNCIAS

ARIADNES. **Quem somos**. 2025. Disponível em: <https://ariadnes.org/quem-somos/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**. Dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Ver, olhar, observar. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga (orgs.). **Observatórios de mídia: olhares da cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008.

DAMAS, Susana Herrera; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Fiscalizar e alfabetizar: dois papéis dos observatórios de meios latino-americanos. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p.149-169, jan-jun. 2006.

EMCKE, Carolin. **Contra o ódio**. Belo Horizonte: Editoria Âyiné, 2020.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. A contribuição do olhar feminista. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 3, p. 1-11, jan-jun. 1998.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. In: BIANCHI, Graziela; WOITOWICZ, Karina; ROCHA, Paula (orgs.) Apontamentos sobre a formação de uma crítica feminista de mídia no Brasil. In: **Gênero, mídia & lutas sociais: percepções críticas e experiências emancipatórias**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2018.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 151-162, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27882>. Acesso em: 30 jan. 2025.

GALLAGHER, Margaret. Feminist media perspectives. In: VALDIVIA, Angharad N. (org.). **A Companion to Media Studies**. New Jersey: Blackwell, 2003.

GOMES BARBOSA, Karina; MACHADO, Felipe Viero Kolinski. Gênero e sexualidade na formação em comunicação: experiências docentes na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). **REBEJ**, v. 12, p. 1-15, 2022.

GOMES BARBOSA, Karina; CARVALHO, André Luís; FERREIRA, Mariana Helena; PERES, Kariana Carolina. Novos sujeitos de futuras histórias: a potência da mídia na educação de gênero para a infância. **Experiência**. Revista Científica de Extensão, v. 7, n. 2, p. 1-21, 2021.



Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/experiencia/article/view/66264>. Acesso em: 20 fev. 2025.

GOMES BARBOSA, Karina; VARÃO, Rafiza; CARVALHO, André Luís. Os caminhos das Ariadnes: testemunho, verdade e jornalismo no enfrentamento de violências de gênero. In: BELISÁRIO, Katia Maria; MOURA, Dione O.; GUAZINA, Liziane. (orgs.). **Gênero em pauta: desconstruindo violências, construindo novos caminhos**. Curitiba: Appris, 2019.

BARBOSA, Karina Gomes. Ariadnes: percursos e experiências. In: Anais do 23º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo, 2024, Goiânia. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/enejor-2024/trabalhos/ariadnes-percursos-e-experiencias?lang=pt-br>. Acesso em: 15 mar. 2025.

GOMES BARBOSA, Karina. Ser-menina e a imagem de Greta Thunberg na capa da revista Time. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, p. 1-11, 2022.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: EDUSC, 2001.

KIFFER, Ana. O ódio e o desafio da relação. In: KIFFER, Ana; GIORGI, Gabriel. **Ódios políticos e políticas do ódio: lutas, gestos e escritas do presente**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensando feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Crítica da mídia: da resistência civil ao desenvolvimento humano. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga (orgs.). **Observatórios de mídia: olhares da cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008.

RESSA, Maria. **Como enfrentar um ditador: a luta pelo nosso futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SECOM. **Consulta pública sobre educação midiática** - texto de referência. Brasília: Presidência da República, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/educacao-midiatica>. Acesso em 20 fev. 2025.

SECOM. Estratégia Brasileira de Educação Midiática. Brasília: Presidência da República, 2023b. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/2023_secom-spdigi_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf. Acesso em 20 fev. 2025.

SECOM. **Crianças, adolescentes e telas: guia sobre usos de dispositivos digitais**. Brasília: Secom/PR, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/uso-de-telas-por-criancas-e-adolescentes/guia/guia-de-telas_sobre-usos-de-dispositivos-digitais_versaoweb.pdf. Acesso em 15 mar. 2025.



SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Rumores**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 18–36, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51250>. Acesso em: 30 dez. 2024.

SILVA, Gislene; SOARES, Rosana de Lima. Possibilidades políticas da crítica em perspectiva teórica. **Rumores**, n. 26, v. 13, p. 58-77, julho-dezembro, 2019.

VARÃO, Rafiza. Longe de Momo: o lugar da leitura crítica da mídia no SOS Imprensa. **SOS Imprensa**, Brasília, 24 dez. 2017. Disponível em: <https://sosimprensa.wordpress.com/2017/12/24/longe-de-momo/>. Acesso em 20 jun. 2023.

VARÃO, Rafiza; ROTHBERG, D.; CHRISTOFOLETTI, R. ; PAULINO, F. O. ; GUAZINA, L. S.; GENTILLI, V.; GUERRA, J.; REBOUCAS, E.; MARTINS, G. L.; PORTO, G.. **Censo de Observatórios da Rede Nacional de Observatórios da Imprensa**. 2021.

WATKINS, S. Craig; EMERSON, Rana A. Feminist Media Criticism and Feminist Media Practices. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, 571, setembro, 2000.